

O SOCIAL E O HUMANO



 **PCP**

O ENSINO SUPERIOR E A CIÊNCIA

São, ao contrário do que possa parecer, um campo de debate ideológico no presente, sobre a sociedade que queremos. Este lugar de produção de conhecimento não é neutro, desde logo porque estamos perante um sector onde os elevados níveis de precarização dos vínculos, o subfinanciamento crónico, a cultura de uma ciência pronta-a-consumir, o afunilamento dos currícula académicos e a ausência de democracia interna nas instituições se tornaram a norma.

Para quem trabalha neste sector, a constante proclamação das virtudes da vida académica, da liberdade de pensamento, do privilégio que é fazermos aquilo de que gostamos, não é mais do que uma forma de estabelecer uma falsa premissa da excepcionalidade, ignorando como tantas vezes se é impellido a fazer a ciência que pode ser vendida, se vê vedada a participação democrática nos órgãos de gestão, se vêem negados os direitos laborais.

Por outro lado, temos assistido à acentuação das tendências de elitização do acesso ao ensino; de envelhecimento do quadro permanente e precariedade laboral do pessoal docente e de investigação; de desvalorização e congelamento das carreiras; de estrangulamento financeiro das instituições; de reforço de uma gestão empresarial e alargamento do recurso a mecanismos fundacionais; de insuficiência dos serviços sociais e crescente recurso ao *outsourcing*.

E qual é a perspectiva de alteração desta realidade com um governo maioritário do PS, agora com mãos livres no Parlamento? Dando provas quanto ao seu projecto para este sector e quanto à sua natureza, o PS recusa soluções para fazer face aos principais problemas, optando por não dar os meios necessários para um efectivo combate à precariedade e ao cumprimento do papel do ensino superior e ciência para a construção de caminhos de progresso social.

Cabe aos artífices deste edifício organizar-se e unir esforços para encontrar as respostas e trazer outros a esta luta que será longa e onde os meios são desiguais.

DOCENTE À PERCENTAGEM

Problemas dos docentes? Condições de trabalho, instalações e recursos, participação colectiva nas decisões sobre a faculdade, os seus cursos, as suas estratégias, a democraticidade da gestão. Há, porém, um problema que se destaca e que não é sentido por todos, - apesar de a todos dizer respeito - o da extensão do recurso à figura do **professor convidado**, com diferentes percentagens de dedicação. O problema não é o da figura em si, necessária para garantir a colaboração pontual, ainda que recorrente, em áreas muito específicas, nomeadamente chamando especialistas cuja colaboração, de outro modo, seria impossível de assegurar. O problema é o recurso repetido a contratos precários de docentes que comprovadamente são necessários. O problema é pensar-se que muito do serviço docente pode ser substituído (assegurado) por prestações pontuais, percentagens limitadas, por docentes ou investigadores, ainda que eternizadas.

Este problema tem duas dimensões. Uma é laboral, sendo injustificável tratar um grande conjunto de colegas como reserva disponível (disposta a tudo), por vezes tratados, como aconteceu até há poucos anos, sem qualquer respeito, quando foram feitos os contratos de semestres de cinco meses, ou como reserva desqualificada, como muitas vezes se encara os leitores.



A outra dimensão é política, no sentido de política para a universidade. É essa a universidade que queremos? Não encaramos a necessidade de rejuvenescer fornecendo estabilidade, onde a liberdade académica esteja a par de empenhamento? Perante a grande qualidade e variedade de recursos formados nos últimos anos, não entende a universidade que seria um bem assumir um perfil de comunidade mais alargada e diversa de pares, sem acréscimo de despesa, dado que a precariedade já tem custos?

Trata-se de problemas que quem pensa politicamente a universidade não pode deixar de colocar.



ORÇAMENTO DO ESTADO E INVESTIGAÇÃO

No geral, podíamos estar a falar no aumento de verbas, que está de facto inscrito neste OE. A nota explicativa do ministério é bastante extensa, uma das maiores e mais completas nos últimos tempos. Talvez por isso é também óbvio que são propostas grandes reformas que extravasam até o âmbito deste Orçamento (revisão do RJIES, do Estatuto da Carreira de Investigação Científica). Mas, mais uma vez, fica de fora a questão central para os trabalhadores científicos: o combate à precariedade.

Não há uma vontade política de combate à precariedade. Há uma visão para o ensino superior e da ciência em que a alta competitividade é o que garante a captação de financiamento, que garante mais e melhor ciência, que garante as métricas que se querem atingidas. Não é essa competitividade, e a precariedade que lhe está inerente, que leva os investigadores a não saber como vão pagar as contas no mês seguinte, que garante mais e melhor ciência, mas, sim, a estabilidade, a consolidação de equipas, uma estratégia de médio-longo prazo que dê tempo à investigação para ser feita. Portanto há, desde logo, uma diferença que é de fundo sobre que ensino superior e que ciência queremos.

LUTA DOS INVESTIGADORES NA FCSH

Nos últimos anos, houve uma mudança significativa na vida democrática da FCSH e da NOVA. Os investigadores contratados passaram a poder votar nos órgãos de gestão da faculdade e da universidade, exercício ao qual eram vetados quando trabalhavam ao abrigo de bolsas de investigação. Isso criou uma conjuntura completamente diferente e foi visível no âmbito do Conselho de Faculdade e do Conselho Geral da Universidade. Há hoje uma pluralidade maior de representação nestes órgãos, questão que foi sempre levantada pelos investigadores: o direito à participação na vida democrática da instituição onde trabalham. Com a contratação passaram a poder votar em pleno direito. Não havia nada no RJIES que dissesse que um bolseiro não podia votar, mas as faculdades argumentavam que estes não eram trabalhadores da faculdade mas da FCT. É seguro dizer que foi a partir do momento que os investigadores passaram a poder votar que houve um abanar das estruturas democráticas na FCSH.

Também há estruturas sindicais e associativas com representação, sendo que a FCSH tem um delegado sindical (do SPGL).

Defendemos uma perspectiva integrada da luta contra a precariedade, que abarca não só os doutorados e gestores de ciência e a questão da integração na carreira, mas assume que essa integração só pode significar um verdadeiro combate à precariedade se, paralelamente, as bolsas de investigação deixarem de existir. E que sejam substituídas por contratos de trabalho. Que os investigadores possam ser integrados na carreira de investigação. E que tudo isto signifique uma visão da ciência e do ensino superior como um lugar estável, com condições laborais, participado e democrático. É preciso manter esta luta agregadora que integre todas estas frentes, com questões concretas e pontuais que se podem e devem resolver: mas sempre com este objectivo em vista.

GESTORES DE CIÊNCIA: OS NÃO NÃO NÃO DA FCSH

O PREVPAP veio regularizar a situação precária de muitos BGCTs que desempenhavam funções permanentes nas Unidades de Investigação da FCSH, conferindo-lhes um vínculo laboral efectivo por via de um contrato de trabalho sem termo. Não obstante, os critérios adicionais que a direcção da FCSH criou, aquando da regularização dos BGCT, tornaram alguns bolsheiros não elegíveis à regularização. Hoje, essa decisão e a falta de coerência contribuem para um cenário laboral injusto e desigual - para as mesmas tarefas, as assimetrias salariais são significativas (PREVPAP contratados pelo 15A, contratos a termo indeterminado 19 e 23A) e as perspectivas de carreira também.

A par disto, a categoria profissional onde foram inseridos todos os gestores de ciência - técnico superior - não reflecte a complexidade da carreira de gestão e comunicação de ciência. Facto que ganha expressão nos momentos de avaliação a que estes trabalhadores estão sujeitos, na medida em que os critérios de avaliação não espelham as reais tarefas por eles desempenhadas nas UIs, em articulação com a FCSH e demais instituições parceiras, podendo ficar, por isso, aquém de uma avaliação justa.

Estes trabalhadores não fazem parte dos serviços da FCSH, escudando-se a direcção na autonomia conferida às UIs. Apesar disto, as UIs vêm-se controladas e condicionadas pela FCSH no que respeita à contratação de gestores e a forma como esta gere as suas equipas.

É preciso sanar estas situações de injustiça e lutar pela efectiva integração na carreira dos gestores e comunicadores de ciência.



FICHA PARA CONTACTO

Se pretendes aderir ou participar no PCP, preenche os seguintes dados que nos permitirão contactar-te

RECORTA E ENVIA PARA: Partido Comunista Português • Avenida da Liberdade, 170, 1200 Lisboa, Portugal • s.intelectual@dori.pcp.pt

Nome

Morada

Código-postal

Telemóvel

Endereço electrónico